

Assinado primeiro acordo de rolagem de dívida estadual

Pedro Malan e Antônio Britto acertam programa vantajoso para Rio Grande do Sul, que será estendido aos demais estados

Maria Luiza Abbott

• PORTO ALEGRE. Em clima de comemoração, o governador Antônio Britto e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, assinaram ontem o primeiro acordo, altamente vantajoso para o Rio Grande do Sul, de rolagem da dívida mobiliária (em títulos) dos estados. O Governo estadual se compromete a fazer um pagamento inicial de 20% do débito, equivalentes a R\$ 1,05 bilhão, com recursos de venda de patrimônio, e o restante em 30 anos, com juros de 6% ao ano

mais a variação do IGP. A diferença na taxa de juros será coberta pelo Tesouro Nacional, ao custo estimado de R\$ 270 milhões. Se os demais estados firmarem igual compromisso, o subsídio chegará a R\$ 2,1 bilhões.

Nesse período, o estado fica proibido de fazer novas emissões de títulos até que a dívida caia para o equivalente ao total da receita líquida anual. Poderá, no entanto, contratar outros tipos de financiamento quando ficar caracterizada a tendência de queda no endividamento global, disse o

secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

— Não é uma doação, e o Governo do Rio Grande do Sul está fazendo um esforço meritório de ajuste — afirmou Malan.

Ficou estabelecido que o limite de endividamento global será de 11,5% da receita líquida em 97, chegando a 13% no ano 2000. Para isso, o Governo federal deverá negociar com o Senado uma alteração do teto atual, de 11%. Os termos do acordo deverão ser estendidos aos demais estados. Mas qualquer vantagem adicional

concedida a um estado que tenha a mesma arrecadação *per capita* do Rio Grande do Sul será estendida aos gaúchos.

— É uma salvaguarda contra a influência tucana no Governo federal — disse Britto, em tom de brincadeira.

Minas Gerais deverá assinar o acordo de rolagem de R\$ 11 bilhões de sua dívida, em termos semelhantes, na próxima semana, e o Rio deve ser o próximo.

Pelas contas de Parente, o Tesouro capta recursos a juros de 12% mais IGP ao ano, e empresta-

rá a 6%. Assim, a diferença a ser bancada pelo Tesouro será de 6%, ou seja, R\$ 270 milhões por ano, até 2026. Com a rolagem, o Governo do estado poderá contratar um financiamento de R\$ 550 milhões do Banco Mundial para programas de estradas, de apoio a pequenas propriedades rurais e projetos na área social.

As medidas de ajuste adotadas por Britto desde a sua posse em janeiro de 1995, proporcionaram uma economia de R\$ 932 milhões por ano. Os cortes atingiram 18% das despesas do estado

e resultaram de um programa de demissão voluntária que levou à saída de 30 mil funcionários (15% da folha), o fim de repasses de recursos a estatais estaduais e medidas de racionalização da máquina administrativa. Em 95, a folha de pessoal consumia 87% da receita líquida. Caiu para 77%, e a proposta de orçamento para 97 prevê nova redução, para 66,7%. Isto significa que os servidores não deverão ter reajuste. ■

• A repórter viajou a convite do Governo do Rio Grande do Sul.